

- 4 DEZ 1994

As previsíveis penugens tucanas

ESTADO DE SÃO PAULO

Nos próximos quatro anos o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, vai conviver com duas correntes de ação e pensamento econômico em sua equipe de governo. Para quem acompanha os bastidores do palco econômico, a existência das duas vertentes já não é nenhum segredo: elas estiveram no centro da disputa pelo Ministério da Fazenda e, consequentemente, pela gerência da economia nos próximos quatro anos. Por enquanto, ganhou a corrente estabilizadora, com quem Fernando Henrique mais se afina no momento, e perdeu a desenvolvimentista, que defende que o esforço pela estabilização de preços não deve se sobrepor ao desenvolvimento do País.

Não necessariamente a disputa deve ser personalizada em nomes, mas em idéias. Mesmo porque, preocupados com seus problemas pessoais, os estabilizadores pareceram, em determinado momento, desprezar ambição pelo poder, abrindo caminho para o desenvolvimentista José Serra (PSDB-SP), aparecer em todas as cotações como o regra três a quem Fernando Henrique acabaria por recorrer.

A resistência dos dois preferidos de Fernando Henrique Cardoso (Bacha e Malan) alimentou a convicção de que os desenvolvi-



No pendão da balança, FHC inclinou sua confiança mais para o grupo da PUC

mentistas tinham chances reais de assumir o comando da economia e, com isso, o Plano Real estaria fadado a mudar de rumo, o que levou o presidente eleito a permitir o vazamento dos nomes que comporão sua equipe econômica antes da hora planejada.

Nos meios acadêmicos, as duas correntes são identificadas como os grupos da Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) e da Universidade de Campinas (Unicamp). O primeiro (os cariocas estabilizadores) defende a vitória definitiva contra a inflação como condição indispensável, sem a qual todo o resto do programa de governo de Fernando Henrique Cardoso, inclusive a retomada do desenvolvimento, corre o risco de morrer na praia. Isso, porém, não significa que o Plano Real tenha como único fim a vitória contra a inflação. Ou que o desenvolvimento econômico e social só viria depois dessa etapa.

Idealizado pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Pêrsio Arida, o conceito de "redução do custo Brasil" é o passo seguro para o País retomar o desenvolvimento de forma sustentada, fomentar investimento, gerar emprego e avançar na direção do progresso social. Os quatro economistas estabilizadores que

Fernando Henrique Cardoso vai manter no comando da economia abominam a idéia de que é necessário promover recessão econômica para fazer a inflação cair para um dígito anual. E é inegável que, do início do plano até agora, foram coerentes com essa afirmativa.

A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) é o embrião da "redução do custo Brasil". Sem qualquer tipo de subsídio, a TJLP vai financiar novos projetos industriais a custo financeiro equivalente a metade do praticado hoje. Além disso, a redução dos encargos trabalhistas e a reforma tributária são dois outros objetivos de curto prazo com que os estabilizadores contam para reduzir o custo da produção industrial no Brasil. Esse é o caminho mais curto e seguro para a retomada do desenvolvimento, defendem eles.

Os desenvolvimentistas tem outros planos para o programa econômico do próximo governo. Personificados em José Serra, Clóvis Carvalho e Paulo Renato de Souza, esse grupo critica a política cambial do dólar desvalorizado, acha que a abertura ao comércio exterior está rápida demais, como mais lento deveria ser o ritmo da desindexação da economia. Ou seja, com o grupo desenvolvimentista no comando da economia o Plano Real mudaria inteiramente de rumo e os resultados sobre a queda da inflação seriam mais lentos e arriscados.

Em compensação, as empresas industriais atravessariam a fase para uma economia estável, se ela se concretizar, quase sem dor. É,

em parte, o que vem pregando grupos corporativos incrustados na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que já planejaram entregar a Fernando Henrique Cardoso documento conjunto propondo medidas econômicas para o novo governo.

Essas divergências entre tucanos terão de ser administradas atenuadas ou confrontadas (se for o caso) pelo presidente eleito ao longo de seus quatro anos de governo. No pendão da balança, até agora Fernando Henrique inclinou sua confiança mais para o grupo da PUC-RJ, a quem chamou no primeiro minuto em que se tornou Ministro da Fazenda e quem, em última instância, contribuiu decisivamente para sua vitória eleitoral, justamente com o Plano Real.

O futuro do programa econômico, porém, vai depender muito da influência que os dois grupos conseguirem exercer junto ao presidente eleito nos próximos quatro anos. Nesse particular a escolha de Pedro Malan para o Ministério da Fazenda foi acertada. Malan tem bom trânsito com os desenvolvimentistas e construiu amizade sólida com Paulo Renato de Souza, quando os dois moravam em Washington. Na véspera de sua indicação, ele teve o cuidado de comunicar a decisão em jantar com o amigo em Brasília. Mas não deixa de ser uma briga boa. Mesmo com as previsíveis penugens tucanas.